



**Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Alfa**

30 de junho de 2023 e 2022



Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa de 30 de junho de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial Consolidado

Demonstração Consolidada do Resultado

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial



Conglomerado Prudencial Alfa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos divulgando as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa relativas às atividades desenvolvidas nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, acompanhadas das correspondentes notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

O Consolidado Prudencial Alfa objeto destas demonstrações contábeis consolidadas é composto das seguintes instituições: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.. Fundos de Investimentos: Único - Fundo de Investimento em Cotas de FI Multimercado – Crédito Privado - IE - IP, Scorpius Master - Fundo de Investimento Multimercado, Polaris Fundo de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado e Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em Cotas de FI Multimercado.

Essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa têm finalidade específica de atender as determinações da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.950 de 30 de setembro de 2021 e da Resolução 168 de 01 de dezembro de 2021 do Banco Central do Brasil (BCB), não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. Sua elaboração tomou por base o somatório dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis individuais das instituições financeiras que o integram, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes.

CENÁRIO ECONÔMICO

Em relação ao cenário externo, o primeiro semestre de 2023 foi um período marcado tanto por notícias positivas quanto negativas. Entre as diversas notícias positivas, merecem destaque o fim da pandemia de covid-19 na China e a consequente normalização da atividade econômica no país, a virtual eliminação dos problemas globais com gargalos de produção e distribuição de insumos e bens finais, a plena recomposição dos estoques de gás na Europa Ocidental, os limitados efeitos econômicos diretos da guerra na Ucrânia sobre o desempenho da porção oriental da Europa, os também limitados impactos econômicos dos problemas com bancos regionais de pequeno e médio porte nos EUA, a queda gradual dos preços internacionais de commodities, o recuo da inflação nos EUA e na Zona do Euro e a redução do risco de recessão nos dois lados do Atlântico Norte.

Nos EUA, por exemplo, o crescimento econômico se mostrou surpreendentemente forte nos dois primeiros trimestres do ano e, neste momento, os agentes econômicos atribuem baixa probabilidade ao cenário de contração significativa do PIB no curto prazo. Por trás da resiliência da economia dos EUA está o consumo das famílias, que continua a crescer em ritmo médio veloz, devido à contínua expansão da massa salarial e à existência de um volume ainda significativo de poupança acumulada pelas famílias durante a fase mais crítica da pandemia.

Já entre as notícias negativas, merecem destaque a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, acompanhada recentemente pela suspensão do acordo que permitia a exportação de grãos produzidos

na Ucrânia, os riscos altistas para os preços das commodities agrícolas derivados da reaparição do fenômeno climático El Niño, as seguidas decepções com o ritmo de retomada do crescimento na China e o prolongamento dos ciclos de aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro.

Em relação à China, o ritmo médio de crescimento no primeiro semestre foi decepcionante, principalmente por conta do menor crescimento da indústria manufatureira, setor que vive um período de transformação em todo o mundo devido à reorganização das cadeias produtivas e da reversão do boom de consumo de duráveis ocorrido durante a pandemia, e também do setor de construção residencial que continua a sofrer o impacto negativo do processo de desalavancagem das grandes incorporadoras. O governo começou a adotar ações com o objetivo de ajudar a sustentar a expansão do PIB, mas tudo indica que o crescimento continuará a ser relativamente moderado nos próximos meses.

Quanto ao prolongamento do aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro, ele é resultante da persistência do núcleo da inflação em patamar relativamente elevado e do alto grau de aquecimento do mercado de trabalho. Nas duas economias, as taxas básicas de juros já foram elevadas para os níveis mais altos em mais de duas décadas, mas, mesmo assim, os bancos centrais mantêm as portas abertas para ajustes adicionais e sinalizam a manutenção do aperto monetário por um longo período, o que tende a manter o crescimento econômico mundial sob pressão neste e no próximo ano.

Em resumo, o cenário externo parece relativamente neutro. Por um lado, a redução do risco de recessão em economias desenvolvidas e o gradual declínio dos preços de matérias-primas ao longo do primeiro semestre são favoráveis. Por outro, as incertezas em torno do cenário para as commodities agrícolas, a decepção com o ritmo e a heterogeneidade do crescimento econômico na China e a continuidade dos ciclos de aperto monetário nos EUA e na Zona do Euro são preocupantes.

No Brasil, o cenário político tem se comportado de forma oscilante. O pior momento para o Governo no primeiro semestre foi aquele que antecedeu a votação da MP da reestruturação ministerial. Em certo momento, a possibilidade de não aprovação era concreta e isso acarretaria em uma derrota estrondosa, o Governo, porém, conseguiu se rearticular e a MP foi aprovada. Desde então, o cenário político voltou a ficar mais favorável, apoiado no pragmatismo político do Presidente Lula e no protagonismo do Ministro Fernando Haddad na condução da agenda econômica.

Assim, o novo arcabouço fiscal foi aprovado na Câmara e no Senado, com modificações, e por isso, passará por uma votação final na Câmara, provavelmente no início do terceiro trimestre. Além disso, a primeira parte da reforma tributária, focada nos tributos sobre produção e consumo de bens e serviços também foi aprovada na Câmara e está agora no Senado.

É fato que o novo arcabouço fiscal pode ser criticado por diversas razões, e que o formato final da reforma tributária a ser aprovada pelo Congresso ainda não está totalmente claro, mas, sem dúvida, as duas reformas representam avanços estruturais relevantes para o país, especialmente diante da expressiva deterioração das contas públicas ocorrida nos últimos dez anos e do baixo crescimento do país no mesmo período.

Analogamente, a agenda econômica também passou inicialmente por maus momentos no primeiro semestre, com destaque para a aprovação da PEC da Transição que permitirá ao governo gastar cerca de 1,5% do PIB acima do teto de gastos em 2023, e para os agressivos ataques do Presidente Lula contra a independência do Banco Central e as metas de inflação, mas terminou o período em alta.

A aprovação do novo arcabouço fiscal reduziu o nível de incerteza em relação às perspectivas para as contas fiscais e o crescimento do PIB no primeiro trimestre foi surpreendentemente forte, o que ajudou no crescimento da arrecadação no período.

Além disso, a inflação desacelerou mais intensamente do que o esperado, ajudado pela expressiva valorização do Real nos últimos meses, pela queda de preço das commodities agrícolas, e devido ao pleno restabelecimento das cadeias globais de suprimentos. Também ajudou o fato do Conselho Monetário Nacional manter inalteradas as metas de inflação para 2024 e 2025, além de ter definido que a meta de 3% passará a ser permanente a partir de então.

Dessa forma, as projeções de inflação no horizonte relevante para a política monetária recuaram, as expectativas de inflação para o médio prazo começaram a cair, as taxas de juros futuro tiveram queda significativa e o Banco Central certamente encontrará espaço para cortar a taxa Selic nos próximos meses. Cabe destacar que, por outro lado, a inflação de serviços, um dos principais focos de atenção do Banco Central, permanece elevada, e as expectativas de inflação para o médio prazo seguem acima da meta. Isso reforça a tendência de que o relaxamento da política monetária seja cauteloso, ao menos em sua fase inicial.

A maior probabilidade é que a política monetária continue a ser restritiva ainda por um bom tempo, limitando substancialmente o espaço para aceleração do crescimento econômico nos próximos trimestres. No entanto, se a agenda de reformas continuar a avançar no Congresso e o Banco Central tiver sucesso na transição para uma política monetária menos restritiva, poderemos presenciar tempos melhores à frente.

SUSTENTABILIDADE ESG

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Sendo a gestão responsável parte da nossa identidade, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos significativos ambientais, sociais ou de governança ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Seguindo nossa missão, o Alfa vem trabalhando para aprimorar a integração da sustentabilidade à sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

Em 2023, seguimos com nosso foco numa atuação responsável e transparente com a confecção, pelo segundo ano consecutivo, do relatório de sustentabilidade, trazendo informações econômicas, sociais, ambientais e de governança em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI) – padrão adotado mundialmente para relatos de sustentabilidade.

Seguimos também reforçando nosso comprometimento com a garantia de equidade, a promoção da inclusão e o respeito à pluralidade de opiniões em cumprimento às políticas publicadas.



No pilar Responsabilidade Social, várias campanhas – SOS Litoral Norte, Campanha de Inverno para doação de cobertores e agasalhos, Páscoa – conectaram nossos clientes, parceiros e colaboradores. Além disso, tivemos visitas guiadas ao museu judaico.

A campanha do inverno recolheu 70 kg de roupas e 390 cobertores que foram doados para instituições sociais parceiras.

Seguimos de forma contínua com a agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando lives e conteúdos nas redes internas com temáticas relacionadas à diversidade, equidade & inclusão, saúde e bem-estar. No primeiro semestre de 2023 tivemos conversas em datas comemorativas tais como Dia das mulheres e Dia do Orgulho LGBT+.

Quanto ao Alfa Collab – que é o hub de inovação do Alfa -, as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da Startup no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a Startup passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios em um determinado horizonte de tempo. Também foi criado um Cluster de Impacto que abrigará startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável, além do retorno financeiro.

No pilar de Compromissos Públicos e Engajamento Institucional, seguimos firmes no nosso propósito de observância dos principais movimentos setoriais. E, seguindo nossa agenda regulatória, publicamos a tabela GRSAC do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC). Além disso, estamos conduzimos uma avaliação qualitativa com o objetivo de identificar e analisar os impactos sociais, ambientais e climáticos gerados por nossas atividades, produtos e serviços. O resultado deste trabalho será implementado como forma de gestão dos respectivos impactos.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, seguimos com a jornada ALFA NETZERO - programa de apoio aos clientes e seus parceiros na transição para uma economia carbono neutro, disponibilizando produtos e serviços diversos, desde cálculos de emissões, passando por venda de crédito de carbono, desenvolvimento de projetos de transição e linhas de financiamento. Entendendo nossa responsabilidade em contribuir com soluções, nosso foco nesse Pilar é mover todo o sistema para uma forma de trabalho mais sustentável, oferecendo produtos melhores e mais competitivos.

Ainda sob a égide do Pilar de produtos, as seguintes linhas e operações merecem destaque:

- Continuamos com as linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos com as quais víhamos atuando;
- CDC/Leasing para o financiamento de Carregadores Elétricos;
- Capital de giro para as concessionárias de veículos em projetos de energia fotovoltaica;
- CDC PF para o financiamento de placas fotovoltaicas;
- Fianças: no primeiro semestre, emitimos ou renovamos R\$ 128 milhões para o setor de energias renováveis, sendo nosso estoque total de R\$ 714,6 milhões.

Seguimos com nossa agenda para acelerarmos e desenvolvermos essas iniciativas e termos um ano ainda mais produtivo, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e a integridade no ambiente de negócios.



DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado e patrimônio líquido

As instituições integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa apresentaram lucro líquido consolidado de R\$ 30.990 mil ao final do semestre (1º semestre/2022 R\$ 49.381 mil) correspondendo à rentabilidade anualizada de 3,73% (1º semestre/2022 6,34%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.678.619 mil (inicial de 1º semestre/2022 R\$ 1.580.926 mil). O patrimônio líquido consolidado do Conglomerado Prudencial Alfa atingiu R\$ 1.698.116 mil no final do semestre (inicial de 1º semestre/2022 R\$ 1.580.926 mil).

O Conglomerado Prudencial Alfa, em 30 de junho de 2023, atingiu índice de capital de 15,82% (31/12/2022 14,48%) demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

Rating

As instituições do Conglomerado Prudencial Alfa, mantiveram suas boas avaliações de risco de crédito em nível nacional junto às seguintes agências de classificação de risco:

- Fitch Ratings: "F1+ (bra)" para crédito de curto prazo, "AA(bra)" para crédito de longo prazo.
- Moody's: " ML A-1.br" para depósito de curto prazo na escala nacional brasileira, "Aa1.br" para depósito de longo prazo na escala nacional brasileira.

RECURSOS CAPTADOS

O volume de recursos captados pelo Conglomerado Prudencial ao final do semestre atingiu R\$ 17.496.672 mil (31/12/2022 R\$ 19.576.393 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 5.726.979 mil (31/12/2022 R\$ 6.266.904 mil) incluindo depósitos à vista, interfinanceiros e a prazo; R\$ 1.448.405 mil (31/12/2022 R\$ 1.458.372 mil) em captações no mercado aberto; R\$ 7.314.276 mil (31/12/2022 R\$ 8.797.890 mil) em recursos de aceites e emissão de títulos; R\$ 1.490.214 mil (31/12/2022 R\$ 1.793.626 mil) em empréstimos obtidos no exterior e R\$ 1.516.798 mil (31/12/2022 R\$ 1.259.601 mil) em repasses do país.

ATIVOS E EMPRÉSTIMOS

O ativo total alcançou R\$ 21.598.573 mil (31/12/2022 R\$ 23.594.780 mil) ao final do semestre. As aplicações interfinanceiras de liquidez, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 7.851.094 mil (31/12/2022 R\$ 8.259.883 mil).

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 5.734.442 mil (31/12/2022 R\$ 6.812.618 mil), correspondente a 26,6% (31/12/2022 28,9%) dos ativos totais. Representada principalmente por 69,5% (31/12/2022 72,8%) em títulos de emissão do Tesouro Nacional. Dessa carteira 42,4% (31/12/2022 64,1%) dos títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Conglomerado Prudencial, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN, em mantê-los nesta categoria. O Conglomerado Prudencial manteve a sua posição de alta liquidez encerrando o semestre com uma carteira de títulos livres da ordem de R\$ 3.930.864 mil (31/12/2022 R\$ 5.146.165 mil).



O total da carteira de crédito e arrendamento mercantil, incluindo relações interfinanceiras, garantias prestadas e ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge*, nos termos da Carta-Circular BACEN nº 3.624/13, atingiu o saldo de R\$ 15.190.301 mil (31/12/2022 R\$ 17.149.156 mil).

Merece destaque, a excelente qualidade da carteira de crédito e de arrendamento mercantil, demonstrada pela concentração de 98,6% (31/12/2022 99,1%) das operações classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil, e pelo baixo índice de inadimplência.

O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 173.194 mil (31/12/2022 R\$ 121.733 mil). O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 229.157 mil (31/12/2022 R\$ 212.607 mil), correspondente a 1,9% (31/12/2022 1,5%) do total da carteira de crédito, 28,6% (31/12/2022 37,5%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução BACEN nº 4.433, de 27/07/2015.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, ou pessoas a ela ligada, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento do Conglomerado ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 25 de agosto de 2023.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (EM R\$ MIL)

ATIVO	Nota Explicativa		
		30/06/2023	31/12/2022
DISPONIBILIDADES		81.635	34.612
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		19.442.153	21.453.509
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	2.072.332	1.393.774
Títulos e Valores Mobiliários	4	5.734.442	6.812.618
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	44.320	53.491
Relações Interfinanceiras		47.661	86.721
Operações de Crédito	6	11.543.398	13.106.905
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	6	625.006	705.066
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6e	(229.157)	(212.607)
PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(1.515)	(1.463)
OUTROS ATIVOS	7	923.202	940.540
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	8b	324.528	257.698
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS		416.720	400.141
IMOBILIZADO DE USO		36.609	39.926
INTANGÍVEL		12.642	11.814
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(33.250)	(34.456)
ATIVO TOTAL		21.598.573	23.594.780
PASSIVO			
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		17.825.700	19.769.407
Depósitos	9	5.726.979	6.266.904
Operações Compromissadas	9	1.448.405	1.458.372
Recursos de Letras Hipotecárias, Imobiliárias, de Crédito e Similares	9	7.314.276	8.797.890
Relações Interfinanceiras		2.486	-
Relações Interdependências		8.049	9.374
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	3.007.012	3.053.227
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	318.493	183.640
PROVISÕES		45.966	44.064
Contingências tributárias, trabalhista e cíveis	10	45.966	44.064
OUTROS PASSIVOS	11	791.811	903.629
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	8b	119.311	68.066
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	12	1.698.116	1.678.619
Capital Social		820.925	778.180
Reserva de Capital		2.800	2.800
Reservas de Lucros		874.864	898.112
Ações em Tesouraria		(473)	(473)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		1.117.669	1.130.995
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.815.785	2.809.614
PASSIVO TOTAL		21.598.573	23.594.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

	Nota Explicativa	1º Semestre	
		2023	2022
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.308.247	1.282.469
Operações de Crédito	6f	946.291	766.065
Resultado com Operações de Arrendamento Mercantil	6g	56.950	47.104
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		582.136	389.525
Resultado de Operações de Câmbio		20.512	78.916
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	(297.642)	859
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(1.042.855)	(945.727)
Operações de Captação no Mercado		(977.159)	(892.339)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(16.821)	(8.064)
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6e	(48.875)	(45.324)
RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		265.392	336.742
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		95.872	96.254
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		70.231	77.993
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas		14.496	11.659
Outras Receitas Operacionais	16a	11.145	6.602
PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(282.742)	(279.338)
Despesas de Pessoal		(151.588)	(145.269)
Despesas Administrativas	16b	(80.596)	(78.476)
Despesas Tributárias		(26.283)	(27.460)
Outras Despesas Operacionais	16c	(24.275)	(28.133)
DESPESAS DE PROVISÕES		(16.797)	(25.597)
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(16.797)	(25.597)
RESULTADO OPERACIONAL		61.725	128.061
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		(480)	3.215
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		61.245	131.276
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(20.428)	(51.491)
Imposto de renda e contribuição social	8a	1.023	(30.209)
Provisão para Imposto de Renda		(35.939)	(28.990)
Provisão para Contribuição Social		(30.422)	(18.385)
Ativo Fiscal Diferido		67.384	17.166
Participação nos lucros		(21.451)	(21.282)
Empregados		(21.451)	(21.282)
LUCRO LÍQUIDO		40.817	79.785
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS :			
Controladores		30.990	49.381
Não Controladores		9.827	30.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE (EM R\$ MIL)
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

	1º Semestre	
	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DOS SEMESTRES	40.817	79.785
Resultado de Avaliação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	-	10.262
Outros Resultados Abrangentes	(12.453)	(689)
Total Resultados Abrangentes dos períodos	28.364	89.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2023 E 2022

EVENTOS	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido dos	Participação dos Acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido Total
SALDOS EM 31/12/2021	752.224	-	2.800	838.578	(12.203)	(473)	-	1.580.926	1.092.343	2.673.269
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	-	25.956	-	(25.956)	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :										
Ajuste ao Valor de Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	10.262	-	-	10.262	(689)	9.573
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	49.381	49.381	30.404	79.785
DESTINAÇÕES :										
Reservas	-	-	-	35.583	-	-	(35.583)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(13.798)	(13.798)	(10.606)	(24.04)
SALDOS EM 30/06/2022	752.224	25.956	2.800	848.205	(1.941)	(473)	-	1.626.771	1.111.452	2.738.223
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	25.956	-	9.627	10.262	-	-	45.845	19.109	64.954
SALDOS EM 31/12/2022	778.180	-	2.800	898.112	-	(473)	-	1.678.619	1.130.995	2.809.614
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2023	42.745	-	-	(42.745)	-	-	-	-	-	-
OUTROS EVENTOS :										
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.453)	(12.453)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	30.990	30.990	9.827	40.817
DESTINAÇÕES :										
Reservas	-	-	-	19.497	-	-	(19.497)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(11.493)	(11.493)	(10.700)	(22.193)
SALDOS EM 30/06/2023	820.925	-	2.800	874.864	-	(473)	-	1.698.116	1.117.669	2.815.785
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	42.745	-	-	(23.248)	-	-	-	19.497	(13.326)	6.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (EM R\$ MIL) MÉTODO INDIRETO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

	1 ° Semestre	
	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRES	40.817	79.785,00
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	(48.063)	64.920
- Depreciações e Amortizações	2.511	2.533
- Resultado da Avaliação de Invest. pelo método de Equiv. Patrimonial	(14.496)	(11.659)
- Provisão para TVM perdas com Características de Crédito	(81.023)	1.059
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	48.875	45.324
- Provisão de Passivos Contingentes	15.969	25.252
- Atualização de Depósitos Judiciais	(3.812)	(3.568)
- Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	52	(23)
- Resultado Ativo Fiscal Diferido	(67.384)	(17.166)
- Resultado Passivo Fiscal Diferido	51.245	23.168
(AUMENTO) / REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	1.064.330	1.065.737
Títulos e Valores Mobiliários	(781.201)	2.646.844
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.171	21.108
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	164.354	(358.516)
Operações de Crédito	1.563.507	(659.646)
Operações de Arrendamento Mercantil	80.060	(40.894)
Outros Ativos	21.150	(519.625)
Relações Interfinanceiras	39.060	(15.820)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(32.325)	(17.022)
Ativo Fiscal Diferido	554	9.308
AUMENTO / (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(2.053.952)	972.091
Depósitos	(539.925)	621.376
Captações no Mercado Aberto	(9.967)	(909.703)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.483.614)	28.791
Relações Interfinanceiras	2.486	5.849
Relações Interdependências	(1.325)	13.344
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(46.215)	755.853
Instrumentos Financeiros Derivativos	134.853	(4.572)
Contingências Tributárias, Trabalhista e Cíveis	(14.067)	(14.155)
Outros Passivos	(53.217)	527.223
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.961)	(51.915)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(996.868)	2.182.533
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(1.085)	(1.073)
Aplicações no Intangível	(730)	(1.072)
Alienação de Imobilizados de Uso	588	66
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.940.400	(1.662.599)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.939.173	(1.664.678)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(29.217)	(21.494)
Variação de Partic. Dos Acionistas não Controladores	(23.153)	(11.295)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(52.370)	(32.789)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	889.935	485.066
Caixa e Equivalentes no Início do Período	970.674	164.264
Caixa e Equivalentes no Final do Período	1.860.609	649.330
AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	889.935	485.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ALFA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022 - EM REAIS MIL**(1) – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS****(a) Atividade e estrutura do Grupo**

O Conglomerado Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – CFI, Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Alfa. O qual foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A ("Banco") é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente e indiretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. ("Financeira") a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3").

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador do Conglomerado possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração contábil: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa) e Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).

Em 23 de novembro de 2022, foi comunicado aos acionistas e ao mercado em geral, por meio de fato relevante publicado pelo Banco Alfa de Investimento e pela Financeira Alfa, a celebração, na mesma data, do contrato de compra e venda de ações entre a Administradora Fortaleza (AFL) e o Banco Safra (Safra) (Contrato), para a alienação da totalidade das participações societárias diretamente detidas pela AFL, representativas do controle acionário do Conglomerado Financeiro Alfa. No Banco Alfa de Investimento S.A. (Banco) inclui 8.718 (oitocentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,



representativas de 0,02% do capital votante do Banco, representando 0,01% do capital social total do Banco (Operação) e na Financeira Alfa S.A. - C.F.I. (Financeira) inclui 975 (novecentas e setenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% do capital votante, e de 825 (oitocentas e vinte e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, representativas de 0,002% das ações preferenciais de emissão da Financeira, perfazendo, em conjunto, 0,002% do capital social total da Financeira (Operação).

Nos termos do Contrato: (i) o fechamento da Operação está sujeito, dentre outras condições usuais a contratos dessa natureza, à aprovação prévia do Banco Central do Brasil (BACEN), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e (ii) nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., o Comprador se obrigou a fazer oferta pública para aquisição de ações (OPA) do Banco Alfa de Investimento, da Alfa Holdings, do Consórcio Alfa e da Financeira Alfa, bem como a protocolar os respectivos pedidos de registro das OPAs perante a CVM, em até 30 (trinta) dias contados da data de fechamento da Operação.

Na data da emissão dessas demonstrações financeiras, todas as aprovações foram obtidas.

(b) Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial Alfa

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") estão sendo apresentadas em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.950 de 30 de setembro de 2021 e da Resolução 168 de 01 de dezembro de 2021 do Banco Central do Brasil (BCB) não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Alfa de Investimento S.A., elaboradas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.

Estas demonstrações contábeis consolidadas tem o objetivo de possibilitar uma adequada análise do conjunto das instituições que integram o Conglomerado Prudencial Alfa, tal como definido pela Resolução CMN nº 4.950/21, a saber: Financeira Alfa S.A. – C.F.I. a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A., o Banco Alfa de Investimento S.A. que é a instituição líder, e suas empresas controladas Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e os Fundos de Investimento: Único - FIC de FI Multimercado - Créd. Privado - IE - IP, Scorpius Master - Fundo de Investimento Multimercado, Polaris Fundo de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado e Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em Cotas de FI Multimercado, nos quais a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. retém substancialmente riscos e benefícios.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas nos termos do artigo 7º da Resolução CMN nº 4950/21 com aplicação das definições, critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e se basearam nas demonstrações contábeis primárias individuais das entidades integrantes do Prudencial, correspondentes à mesma data-base, ajustadas, quando aplicável, para refletir as mesmas classificações, critérios, procedimentos e políticas contábeis utilizadas pela instituição líder, o Banco Alfa de Investimento S.A.

Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações foram concluídas em 24/08/2023. As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria e as empresas BAI e FASA pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 10/08/2023 e estão divulgadas, no endereço eletrônico www.alfanet.com.br.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas as operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

O Banco Central - BACEN através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da Resolução BCB nº 02/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Semestre que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) ativo e passivo fiscal diferido que passaram a ser apresentados exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo; e iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes; e, v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.

(c) Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e que entrará em vigor em 01/01/2025, o Conglomerado Prudencial desenvolveu um plano de implementação da respectiva norma que versou sobre o estudo da regulamentação, definição da equipe do projeto, diagnóstico dos instrumentos financeiros impactados, escolha da metodologia de trabalho, definição da jornada a ser percorrida, montagem do cronograma, apresentação e aprovação da Diretoria e por fim submetido para aprovação ao Conselho de Administração. Haja vista as mudanças de conceitos, critérios e métodos, implicando em ajustes estruturais nos processos, sistemas e entorno tecnológico, que engloba regras e procedimentos específicos para o atendimento dos requerimentos da norma, o plano de implementação poderá sofrer alterações decorrentes da divulgação de novos normativos, prazos dos fornecedores e das discussões decorrentes de entendimentos. O Conglomerado Prudencial está em atuação permanente e próxima com os seus prestadores de serviços de Tecnologia para contribuir e monitorar o andamento do desenvolvimento das funcionalidades necessárias ao atendimento dos novos requerimentos.

(d) Relatório por segmento

Segmento é um componente distinto de uma entidade que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos, cujos

resultados operacionais sejam regularmente avaliados pelos principais tomadores de decisões. Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial do Conglomerado Prudencial, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos.

As atividades do Conglomerado Prudencial constituem um segmento de atacado e varejo, o qual é composto principalmente de operações de capital de giro, financiamentos, aquisição de ativos, repasses do BNDES, gestão de recursos de terceiros e emissão de títulos como forma de captação.

Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025.

(2) – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente e de maneira uniforme a todas as instituições integrantes do Prudencial, nos termos da Resolução CMN nº 4.950/21 e Resolução 168/21.

(a) Consolidação: As demonstrações contábeis deste Consolidado Prudencial (Prudencial) foram elaboradas de acordo com os artigos 7º e 8º da Circular BACEN nº 3.701/14, que estabelecem a soma dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis primárias individuais das entidades que o integram, correspondentes à mesma data-base, no estágio imediatamente anterior ao da distribuição dos resultados, exceto quanto aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, eliminando-se as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas correspondentes às operações realizadas entre as empresas integrantes. Foram consideradas também as demonstrações financeiras da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. pelo método financeiro.

Estas demonstrações contábeis consolidadas incluem, as demonstrações contábeis das seguintes instituições:

Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., e os fundos de investimento: Único - Fic de FI Multimercado - Créd. Privado. - IE – IP, Scorpius Master - Fundo de Investimento Multimercado, Polaris Fundo de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado e Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em Cotas de FI Multimercado, 100,0000%, 70,945%, 88,662% e 88,662%, respectivamente, investimento no qual a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., tem participação e retém substancialmente riscos e benefícios.

As demonstrações contábeis dos fundos de investimento, Único – Fundo de Investimento em cotas de FI Multimercado - Créd. Privado - IE - IP, Scorpius Master - Fundo de Investimento Multimercado, Polaris Fundo de Investimento em Renda Fixa – Crédito Privado, e Alfa Centaurus - Fundo de Investimento em cotas de FI Multimercado, tiveram seu critério contábil e formas de classificação contábil de suas operações, adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações contábeis individuais das empresas Banco Alfa de Investimento S/A e Financeira Alfa S.A.- C.F.I para fins gerais requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN foram divulgadas no endereço eletrônico www.alfanet.com.br em 11 de agosto de 2023.

(b) Apuração do resultado: As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita, e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares Bacen nº 3.068, de 08/11/2001 e nº 3.082, de 30/01/2002 (vide notas explicativas nº 4 e 5). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6 "e").

(d) Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068 de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira do Conglomerado Prudencial Alfa de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgadas por entidades independentes no mercado especializadas na divulgação deste tipo de informação, e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

(e) Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Conglomerado Prudencial Alfa ou para atender solicitações de seus clientes. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002 e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

O Prudencial não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (*hedge*) com natureza de “*hedge* de fluxo de caixa”.

O Prudencial, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como “*Hedge* de risco de mercado”, tendo como objeto operações de crédito e empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

A operação de captação e operações de crédito designadas para *hedge* de risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 para cada respectivo vencimento, sendo: Dólar x DI para operações de captação e DI x PRÉ para operações de

crédito. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, assim, na mensuração subsequente reconhece-se em contrapartida ao resultado do período as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5 destas demonstrações contábeis.

(f) Operações de compra e de venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014:

I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;

II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;

III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação

Na categoria "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação

(g) Ativo permanente: Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: imóveis 4%, veículos e processamento de dados 20% e demais itens 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

(h) Passivos circulante e exigível a longo prazo: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

(i) Impostos e contribuições: As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas:

Instituições Financeiras	Imposto de renda (i)	Contribuição Social (ii)	PIS	Cofins	ISS (iii)
	25%	15% - 20%	0,65%	4%	Até 5%

(i) Imposto de Renda: Inclui alíquota adicional de 10%;

(ii) Contribuição Social: A Lei nº 7.689/88 (com redação dada pela Lei nº 14.183/21) definiu a alíquota da Contribuição Social de 20% para os bancos de qualquer espécie e de 15% para as demais Instituições Financeiras;

(iii) ISS: Aplicável sobre receitas de prestação de serviços.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos correntes e diferidos:

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido decorre de diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O benefício fiscal de prejuízos fiscais a compensar somente é reconhecido quando constatado que lucros tributáveis futuros serão gerados em montantes suficientes para sua compensação.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

(j) Estimativas contábeis: No processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 "e");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

(k) Ativos e passivos contingentes: Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 10) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal, previdenciária e risco de crédito em coobrigações e garantias prestadas.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

(l) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentado em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Conglomerado Prudencial. Exceto quando indicado, as demonstrações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(m) Resultado recorrente / não recorrente: As políticas internas do Prudencial consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social das Instituições previstos em seus Estatutos Social. Além disto, a Administração do Prudencial considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Prudencial 1º semestre de 2023, no montante de R\$ 30.990, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

(3) – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2023	31/12/2022
Aplicações no mercado aberto : Títulos públicos do tesouro nacional	1.778.974	936.062
Posição bancada	1.778.974	936.062
Aplicações em depósitos interfinanceiros	293.358	457.712
Total	2.072.332	1.393.774

O Conglomerado Prudencial Alfa possui aplicações no mercado aberto, com taxas indexadas a 100% do CDI ao ano com prazo de vencimento de até 30 dias e aplicações em depósitos interfinanceiros, com taxas indexadas de 100% a 102% do CDI ao ano com prazo de vencimento até 15/12/2025.

(4) – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(a) Composição da carteira

	30/06/2023	31/12/2022
Títulos do tesouro nacional	2.249.581	3.593.746
Letras financeiras do tesouro	1.517.762	810.950
Letras do tesouro nacional	151.905	871.034
Notas do tesouro nacional	579.914	1.911.762
Ações de companhias abertas	1.626	1.263
Debêntures	538.983	415.299
Letras Financeiras	114.128	143.608
Notas promissórias	36.943	40.275
Cotas de fundos de investimento	51.823	30.870
Cédulas do produto rural	452.357	553.975
Certificado de direitos creditórios do agronegócio	9.990	44.616
Certificado de recebíveis imobiliários	2.990	4.603
Certificado de recebíveis do agronegócio	271.759	317.910
Notas de Crédito	200.684	-
Títulos livres	3.930.864	5.146.165
Títulos do tesouro nacional	1.738.123	1.364.157
Letras financeiras do tesouro	296.863	1.010.302
Letras do tesouro nacional	1.441.260	353.395
Notas do tesouro nacional	-	460
Debêntures	28.417	267.655
Ações de Companhias Abertas	103	-
Cotas de fundos de investimento	36.935	34.641
Títulos vinculados	1.803.578	1.666.453
Total - Títulos e valores mobiliários	5.734.442	6.812.618

b) Carteira de títulos e valores mobiliários por categorias e faixas de vencimento

	30/06/2023								31/12/2022		
	Sem vencimento	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado
Títulos do tesouro nacional	-	256.519	699	2.477.494	1.347	2.736.059	2.673.307	62.752	1.746.807	1.740.915	5.892
Letras financeiras do tesouro	-	256.519	699	881.122	-	1.138.340	1.132.756	5.584	1.186.790	1.182.567	4.223
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.593.165	-	1.593.165	1.536.345	56.820	474.666	471.785	2.881
Notas do tesouro nacional	-	-	-	3.207	1.347	4.554	4.206	348	85.351	86.563	(1.212)
Ações de companhias abertas	1.729	-	-	-	-	1.729	1.729	-	1.263	1.296	(33)
Letras Financeiras		31.172	67.496	8.613	6.847	114.128	112.160	1.968	143.608	142.175	1.433
Cotas de fundos de investimento	51.823	-	-	-	-	51.823	51.823	-	30.870	30.870	-
Debêntures	-	-	3.848	48.601	224.861	277.310	279.346	(2.036)	288.304	289.822	(1.518)
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	2.990	2.990	2.990	-	4.603	4.603	-
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	75.988	-	-	528	45.118	121.634	122.378	(744)	152.680	153.195
Títulos para negociação (ii)	53.552	363.679	72.043	2.535.236	281.163	3.305.673	3.243.733	61.940	2.368.135	2.362.876	5.259
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	75.944	156.337	(80.393)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	75.944	156.337	(80.393)
Títulos do tesouro nacional	-	542.475	-	487.249	221.921	1.251.645	1.251.645	-	3.211.096	3.211.096	-
Letras financeiras do tesouro	-	542.475	-	133.810	-	676.285	676.285	-	634.462	634.462	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	749.763	749.763	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	353.439	221.921	575.360	575.360	-	1.826.871	1.826.871	-
Notas promissórias	-	-	10.069	26.874	-	36.943	36.943	-	40.275	40.275	-
Cédulas do produto rural	-	68.729	165.300	218.328	-	452.357	452.357	-	553.975	553.975	-
Cotas de fundos de investimento	36.935	-	-	-	-	36.935	36.935	-	34.641	34.641	-
Debêntures	-	-	205.486	84.604	-	290.090	290.090	-	318.706	318.706	-
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	-	27.639	58.519	63.967	150.125	150.125	-	165.230	165.230	-
Certificado de direitos creditórios do agronegócio	-	-	9.990	-	-	9.990	9.990	-	44.616	44.616	-
Nota de crédito	-	-	200.684	-	-	200.684	200.684	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	36.935	611.204	619.168	875.574	285.888	2.428.769	2.428.769	-	4.368.539	4.368.539	-
Títulos e valores mobiliários	90.487	974.883	691.211	3.410.810	567.051	5.734.442	5.672.502	61.940	6.812.618	6.887.752	(75.134)

(i) Valor de custo - representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Os títulos foram classificados nas categorias:

"Títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda": o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3. Os títulos e valores mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas.

- **"Títulos para negociação"** os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários".

- **"Títulos disponíveis para venda"** os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado foi registrado em conta adequada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- **"Títulos mantidos até o vencimento":** classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Conglomerado Prudencial Alfa em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. O valor de mercado desses títulos, estão líquidos da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, na data do balanço totalizava R\$ 2.422.256 (31/12/2022 R\$ 4.396.570).

Os títulos privados são custodiados na B3, os títulos públicos no SELIC e as ações na CBLC.

(c) Composição de títulos vinculados:

	30/06/2023	31/12/2022
Vinculados a operações compromissadas	1.469.677	1.421.456
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	236.106	112.950
Operações em câmara de liquidação e compensação	36.935	34.641
Títulos dados em operações de clearing de câmbio	24.831	71.808
Títulos dados em garantia em ações judiciais	36.029	25.598
Total	1.803.578	1.666.453

(5) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Prudencial participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tanto para atender as necessidades de seus clientes como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos contidos nos instrumentos financeiros em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para o Prudencial, com acompanhamento pela Área de Risco e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Para comercializar instrumentos financeiros derivativos com os clientes é necessária a existência de limites de crédito previamente aprovados e tais operações são neutralizadas de forma a eliminar eventuais riscos trazidos para o Prudencial.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos assumidos até 30/06/2023 eram relacionados a taxas pré-fixadas e taxas de câmbio, e todas as operações foram efetuadas para neutralizar exposições com outros instrumentos financeiros da carteira. Portanto, na referida data-base não havia instrumentos financeiros derivativos com outros objetivos que não fossem para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor de referência, custo amortizado e valor justo:

(a) Instrumentos financeiros derivativos:

Negociação:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	165.184	167.183	172.029	224.490	238.740	243.810
Moeda estrangeira	41.645	40.811	41.943	43.470	44.299	47.850
Índices	112.000	135.515	135.515	116.073	131.970	131.883
Posição ativa	318.829	343.509	349.487	384.033	415.009	423.543
Pré	10.000	11.237	11.727	15.664	16.822	17.316
Mercado interfinanceiro	143.646	168.846	170.792	143.879	160.414	162.205
Moeda Estrangeira	31.080	31.100	31.041	95.999	98.234	99.174
Índices	134.103	135.273	137.393	128.491	131.498	134.774
Posição passiva	318.829	346.456	350.953	384.033	406.968	413.469
Total - contratos de swaps – exposição líquida	-	(2.947)	(1.466)	-	8.041	10.074
Non Deliverable Forward – NDF						
Posições Ativas	1.018.478	1.021.987	999.234	596.007	676.134	592.811
Posições Passivas	1.018.478	1.051.671	1.032.857	596.007	673.492	593.669
Exposição Líquida - NDF	-	(29.684)	(33.623)	-	2.642	(858)
Total						9.216

Hedge de valor justo:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	744.292	1.020.697	1.020.697	969.623	1.254.169	1.254.169
Moeda estrangeira	1.147.675	1.009.584	1.025.849	1.147.675	1.114.613	1.139.135
Posição ativa	1.891.967	2.030.281	2.046.546	2.117.298	2.368.782	2.393.304
Pré	744.292	1.119.193	1.094.819	969.623	1.405.038	1.334.522
Mercado interfinanceiro	1.147.675	1.155.027	1.190.811	1.147.675	1.155.266	1.198.147
Posição passiva	1.891.967	2.274.220	2.285.630	2.117.298	2.560.304	2.532.669
Total - contratos de swaps – exposição líquida	-	(243.939)	(239.084)	-	(191.522)	(139.365)

(b) Contratos de futuros:

Negociação:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de compra – DDI	280	62.321	-	782	203.978	-
Compromissos de venda – DDI	2.134	(502.304)	-	1.112	(283.994)	-
Compromissos de compra – DI	4.011	386.373	-	1.766	170.120	-
Compromissos de venda – DI	20.282	(1.608.659)	-	12.458	(1.119.791)	-
Compromissos de compra – Dólar	245	59.035	-	815	213.684	-
Compromissos de venda – Dólar	155	(37.328)	-	-	-	-
Compromissos de compra – DAP	622	15	-	126	3	-
Compromissos de venda – DAP	1.310	(673)	-	1.458	(443)	-
Compromissos de compra – WIN	70	1.678	-	-	-	-
Compromissos de venda – WIN	35	(839)	-	58	(1.289)	-
Compromissos de compra – EUP	2	104	-	92	5.185	-
Compromissos de venda – EUP	470	(24.578)	-	370	(20.923)	-
Compromissos de compra - Índices	10	(10.743)	-	-	-	-
Compromissos de venda - WSP	15	(806)	-	29	(1.495)	-
Compromissos de venda – T10	-	-	-	4	(2.323)	-
Total - contratos futuros	29.641	(1.676.404)	-	19.070	(837.288)	-

Hedge:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	65.245	(5.715.650)	-	52.895	(4.427.468)	-
Total - contratos futuros	65.245	(5.715.650)		52.895	(4.427.468)	

(c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	30/06/2023			31/12/2022		
	Ativo - Saldo a receber			Passivo - Saldo a pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	3.598	25.119	28.717	11.505	35.466	46.971
NDF	15.603	-	15.603	6.520	-	6.520
Total	19.201	25.119	44.320	18.025	35.466	53.491

	30/06/2023			31/12/2022		
	Ativo - Saldo a receber			Passivo - Saldo a pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(5.064)	(264.203)	(269.267)	(1.431)	(174.831)	(176.262)
NDF	(49.226)	-	(49.226)	(7.378)	-	(7.378)
Total	(54.290)	(264.203)	(318.493)	(8.809)	(174.831)	(183.640)

(d) Os instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Negociação:

	30/06/2023					31/12/2022				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL
	Negociação	Hedge de valor justo				Negociação	Hedge de valor justo			
Swaps	-	(147)	(973)	(346)	(1.466)	7.827	373	698	1.176	10.074
NDF	(11.605)	(20.994)	(1.024)	-	(33.623)	(1.975)	2.294	(1.177)	-	(858)
Total	(11.605)	(21.141)	(1.997)	(346)	(35.089)	5.852	2.667	(479)	1.176	9.216

Hedge de valor justo:

	30/06/2023					31/12/2022				
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	TOTAL
	Negociação	Hedge de valor justo				Negociação	Hedge de valor justo			
Swaps	(13.305)	(28.058)	(202.139)	4.418	(239.084)	(19.185)	(37.565)	(93.455)	10.840	(139.365)
Total	(13.305)	(28.058)	(202.139)	4.418	(239.084)	(19.185)	(37.565)	(93.455)	10.840	(139.365)

(e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1 ° Semestre					
	2023			2022		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(1.490)	(183.619)	(185.109)	18.718	(155.814)	(137.096)
Futuro	4.707	(77.655)	(72.948)	66.855	67.533	134.388
Prêmio de opções	(48)	-	(48)	(28)	-	(28)
NDF	(39.537)	-	(39.537)	3.595	-	3.595
Total	(36.368)	(261.274)	(297.642)	89.140	(88.281)	859

(f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado no resultado foi de:

	1 ° Semestre					
	2023		Total	2022		Total
	Negociação	Hedge de valor justo		Negociação	Hedge de valor justo	
Swaps	(552)	(47.302)	(47.854)	1.056	28.834	29.890
Prêmio de opções	-	-	-	(38)	-	(38)
NDF	(439)	-	(439)	363	-	363
Total	(991)	(47.302)	(48.293)	1.381	28.834	30.215

(g) **Contabilidade de Hedge:** O Prudencial adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de hedge a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito e operações de captação no exterior. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, o Prudencial utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de hedge pela contabilidade de hedge.

(h) **Análise de sensibilidade:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, de 17/12/08, o Prudencial realiza análises de sensibilidade de suas operações que possam expô-los a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pelo Prudencial e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), a qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pelo Prudencial com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pelo Prudencial com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência da Instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração do Prudencial não acredita que possam ocorrer.

Exposição	MTM - exposição	30/06/2023		
		cenário (a)	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
			cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	1.780.552	(127.290)	(123.681)	(230.902)
Cupom de Inflação	(396.799)	(2.665)	(14.835)	(20.752)
Bolsa	5	(337)	536	1.286
Câmbio	(354.149)	9.049	17.308	34.422

Exposição	MTM - exposição	31/12/2022		
		cenário (a)	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
			cenário (b)	cenário (c)
Pré-fixado	2.967.333	(112.158)	(129.262)	(236.647)
Cupom de Inflação	(104.799)	(2.870)	(19.067)	(27.938)
Câmbio	8.497	2.059	230	506

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

(6) – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
(a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil

	30/06/2023	31/12/2022
Empréstimos e títulos descontados	4.976.252	5.984.359
Financiamentos	4.833.098	5.196.584
Financiamentos rurais	11.594	11.015
Créditos por avais e fianças honrados	829	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	513.780	635.474
Operações de arrendamento mercantil	625.006	705.066
Outros créditos (i)	1.234.242	1.352.080
Total da carteira	12.194.801	13.884.578
Garantias prestadas (ii)	3.021.897	3.337.185
Ajuste a valor de mercado - Item objeto de <i>hedge</i>	(26.397)	(72.607)
Total Geral	15.190.301	17.149.156

(i) Composto por recebíveis adquiridos sem coobrigação do cedente, ou retenção de riscos e benefícios, com vencimento até 17/06/2024 à taxa de 14,13% ao ano até 34,80% ao ano no montante de R\$ 1.228.631 (31/12/2022 R\$ 1.312.727), títulos a receber no montante de R\$ 5.611 (31/12/2022 "zero") e transações por meio de pagamento no montante de "zero" (31/12/2022 R\$ 39.353).

(ii) Garantias prestadas estão registradas em contas de compensação. Os montantes garantidos eram de R\$ 3.006.270 (31/12/2022 R\$ 3.290.518) referente a fianças prestadas e de R\$ 15.627 (31/12/2022 R\$ 46.667) referente a créditos abertos para importação.

O Prudencial realiza operações de captação através de "letras de crédito do agronegócio" e "letras de crédito imobiliário", classificadas no grupo "recursos de aceites e emissão de títulos", conforme descrito na nota explicativa nº 9, lastreadas na data destas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 766.314 (31/12/2022 R\$ 1.173.788), sendo R\$ 301.285 (31/12/2022 R\$ 572.963) por operações de crédito e R\$ 465.029 (31/12/2022 R\$ 600.825) por títulos de crédito (classificados no grupo "títulos e valores mobiliários").

(b) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	30/06/2023		31/12/2022	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	107.174	0,9	132.794	1,0
Indústria	1.997.958	16,4	2.479.941	17,8
Comércio	2.062.684	16,9	2.274.863	16,4
Instituições financeiras	54.161	0,4	57.146	0,4
Outros serviços	2.042.375	16,7	2.900.464	20,9
Pessoas físicas	5.930.449	48,7	6.039.370	43,5
Total da carteira	12.194.801	100,0	13.884.578	100,0

(c) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

	30/06/2023				31/12/2022			
	A Vencer	Vencidos	Total	%	A Vencer	Vencidos	Total	%
a vencer até 180 dias	4.451.862	35.767	4.487.629	36,8	5.527.456	23.217	5.550.673	40,0
a vencer de 181 a 360 dias	1.985.112	26.217	2.011.329	16,5	2.411.935	17.878	2.429.813	17,5
a vencer acima de 360 dias	5.584.633	79.115	5.663.748	46,5	5.823.454	60.295	5.883.749	42,4
Total vincendas	12.021.607	141.099	12.162.706	99,8	13.762.845	101.390	13.864.235	99,9
vencidos até 60 dias	-	15.367	15.367	0,1	-	5.935	5.935	-
vencidos de 61 a 180 dias	-	12.466	12.466	0,1	-	6.727	6.727	-
vencidos acima de 180 dias	-	4.262	4.262	-	-	7.681	7.681	0,1
Total vencidas	-	32.095	32.095	0,2	-	20.343	20.343	0,1
Total da carteira	12.021.607	173.194	12.194.801	100,0	13.762.845	121.733	13.884.578	100,0

(d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco	30/06/2023						31/12/2022					
	Saldo da carteira de crédito			Provisão (i)			Saldo da carteira de crédito			Provisão (i)		
	A vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima exigida	Contábil	A vencer (ii)	Vencidos	Total	Mínima exigida	Contábil		
AA	2.044.614	-	2.044.614	-	-	2.474.387	-	2.474.387	-	-	-	-
A	9.295.022	-	9.295.022	46.475	59.126	10.190.365	-	10.190.365	50.952	62.913		
B	518.707	27.354	546.061	5.461	16.969	866.681	18.511	885.192	8.852	23.562		
C	106.848	35.397	142.245	4.267	18.033	180.301	22.713	203.014	6.090	19.759		
Soma de "AA a C"	11.965.191	62.751	12.027.942	56.203	94.128	13.711.734	41.224	13.752.958	65.894	106.234		
D	2.412	15.854	18.266	1.827	3.130	1.569	15.222	16.791	1.679	4.328		
E	2.175	12.116	14.291	4.287	4.707	735	16.279	17.014	5.104	8.097		
F	2.195	13.930	16.125	8.063	11.253	1.415	7.454	8.869	4.435	5.882		
G	32.224	23.860	56.084	39.259	53.846	30.703	7.440	38.143	26.700	37.263		
H	17.410	44.683	62.093	62.093	62.093	16.689	34.114	50.803	50.803	50.803		
Soma de "D a H"	56.416	110.443	166.859	115.529	135.029	51.111	80.509	131.620	88.721	106.373		
Total	12.021.607	173.194	12.194.801	171.732	229.157	13.762.845	121.733	13.884.578	154.615	212.607		

(i) Inclui provisão para garantias prestadas que estão registradas em contas de compensação.

(ii) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Semestre	
	2023	2022
Saldo inicial no semestre	212.607	179.501
Complemento líquido de reversão	48.875	45.324
Baixas líquidas dos valores recuperados	(32.325)	(17.022)
Saldo final do semestre	229.157	207.803

A provisão atingiu o saldo de R\$ 229.157 (31/12/2022 R\$ 212.607), correspondente a 1,88% (31/12/2022 1,53%) do total da carteira. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº

2.682, de 21/12/1999, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída com base na melhor estimativa no montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. As provisões constituídas eram R\$ 14.850 (31/12/2022 R\$ 9.710), sendo para fianças prestadas R\$ 14.775 (31/12/2022 R\$ 9.477) e para créditos abertos para importação R\$ 75 (31/12/2022 R\$ 233).

No 1º semestre de 2023 foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 36.257 (1º semestre/2022 R\$ 21.945) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 6.467 (1º semestre/2022 R\$ 8.444).

Renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, o Prudencial concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2023, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 47.967 (31/12/2022 R\$ 69.966).

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2023 é de R\$ 281.354 (31/12/2022 R\$ 198.434).

(f) Rendas de operações de crédito

	1º Semestre	
	2023	2022
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	515.837	326.659
Rendas de financiamentos	425.994	433.610
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.460	5.796
Total	946.291	766.065

(g) Rendas de operações de arrendamento mercantil

	1º Semestre	
	2023	2022
Rendas de arrendamento financeiro	149.522	123.782
Ajuste financeiro (superveniência de depreciação)	31.890	32.526
Lucro na alienação de bens de arrendamento financeiro	21.053	8.983
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	145	52
Depreciação de bens arrendados	(112.475)	(96.761)
Outras despesas de arrendamento	(33.043)	(21.194)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(142)	(284)
Total	56.950	47.104

(7) OUTROS ATIVOS

	30/06/2023	31/12/2022
Carteira de câmbio	553.121	660.247
Depósitos judiciais	118.158	112.626
Despesas antecipadas	61.396	70.850
Tributos antecipados	18.026	19.456
Marcação a mercado de hedge	121.861	41.664
Outros	50.640	35.697
Total	923.202	940.540
Circulante	646.252	738.710
Não Circulante	276.950	201.830
Total	923.202	940.540

(8) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
(a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	1º Semestre	
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	39.794	109.994
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(16.460)	(46.765)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	9.452	10.387
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e garantias prestadas	(715)	(4.561)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.984)	(12.511)
Provisões para perdas de TVM com característica de crédito	36.460	(477)
Equivalência patrimonial	6.523	5.247
Ajustes ao valor de mercado	958	10.522
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	(53.228)	(4.927)
Superveniência/insuficiência de depreciação	6.539	8.132
Obrigações fiscais diferidas	(51.245)	(23.168)
Ativo fiscal diferido	67.384	17.166
Créditos amortizados para prejuízo	(1.610)	394
Outros valores	3.949	10.352
Imposto de renda e contribuição social	1.023	(30.209)
Sendo:		
Impostos correntes	(15.116)	(24.207)
Impostos diferidos	16.139	(6.002)
Despesa contabilizada	1.023	(30.209)

(i) Vide nota explicativa nº 2ºi".

(b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldos			
	31/12/2022	Constituição	Realização/Reversão	30/06/2023
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	20.712	9.868	(9.045)	21.535
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	91.111	41.825	(34.842)	98.094
Créditos amortizados para prejuízo	12.365	3.737	(2.231)	13.871
Prejuízo Fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	24.724	56.591	(3.363)	77.952
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	45.979	68.068	(24.506)	89.541
Outros créditos tributários (**)	62.807	72.696	(111.968)	23.535
Total - Créditos Tributários	257.698	252.785	(185.955)	324.528
Derivativos (*)	(29.675)	(28.917)	48.701	(9.891)
Obrigações fiscais diferidas	(38.391)	(80.273)	9.244	(109.420)
Total - obrigações fiscais diferidas	(68.066)	(109.190)	57.945	(119.311)
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	189.632	143.595	(128.010)	205.217
% sobre Patrimônio Líquido	11,30%			12,08%

(*) Refere-se aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

(**) Composto, basicamente, por provisões com participação nos lucros, créditos transferidos para prejuízo, despesas administrativas e pessoal.

A Administração do Prudencial, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2023 das empresas pertencentes ao Prudencial, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

Realização dos créditos tributários	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5anos
	19%	27%	30%	19%	3%	2%

Em 30/06/2023, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 159.573. Em 30/06/2023 e 31/12/2022 todos os créditos tributários estavam ativados.

(9) – DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

Composição de depósitos e captações por prazos de vencimento

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1081 dias	30/06/2023
Depósitos à vista	54.645	-	-	-	54.645
Depósitos interfinanceiros	205.394	925.307	-	-	1.130.701
Depósitos a prazo (i)	1.589.858	1.704.235	1.232.361	15.179	4.541.633
Total de depósitos	1.849.897	2.629.542	1.232.361	15.179	5.726.979
Captações no mercado aberto	1.448.405	-	-	-	1.448.405
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.850.591	1.974.133	3.296.484	193.068	7.314.276
Letras de crédito do agronegócio	341.485	245.183	-	-	586.668
Letras de crédito imobiliário	14.355	-	-	-	14.355
Letras financeiras	1.354.385	1.611.755	3.071.894	193.068	6.231.102
Letras de arrendamento mercantil	140.366	117.195	224.590	-	482.151
Obrigações por empréstimos no exterior	213.556	545.188	731.470	-	1.490.214
Obrigações por repasses no país (ii)	71.499	372.225	755.059	318.015	1.516.798
Total de captações	5.433.948	5.521.088	6.015.374	526.262	17.496.672
% Concentração por prazo	31,1%	31,5%	34,4%	3,0%	100,0%

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1080 dias	Acima de 1081 dias	31/12/2022
Depósitos à vista	88.843	-	-	-	88.843
Depósitos interfinanceiros	497	830.588	6.713	-	837.798
Depósitos a prazo (i)	1.428.961	2.485.289	1.411.314	14.699	5.340.263
Total de depósitos	1.518.301	3.315.877	1.418.027	14.699	6.266.904
Captações no mercado aberto	1.458.372	-	-	-	1.458.372
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.637.840	3.007.780	3.869.621	282.649	8.797.890
Letras de crédito do agronegócio	687.477	393.914	-	-	1.081.391
Letras financeiras	937.807	2.465.480	3.627.883	282.649	7.313.819
Letras de arrendamento mercantil	12.556	148.386	241.738	-	402.680
Obrigações por empréstimos no exterior	331.302	406.006	1.056.318	-	1.793.626
Obrigações por repasses no país (ii)	155.617	264.302	564.960	274.722	1.259.601
Total de Captações	5.101.432	6.993.965	6.908.926	572.070	19.576.393
% Concentração por prazo	26,1%	35,7%	35,3%	2,9%	100,0%

(i) Os depósitos a prazo foram classificados de acordo com seus vencimentos contratuais e incluem o montante de R\$ 1.435.093 (31/12/2022 R\$ 1.876.088), referentes às captações com compromisso de liquidez que podem ser resgatados antecipadamente pelos clientes, todos registrados na B3 e na CRT4.

(ii) Representado por: Operações de BNDES, com vencimentos até 17/07/2028 à taxa pós-fixada de 0,82% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 2,80% até 4,97% ao ano mais TLP-IPC, pós-fixada de 1,30% até 1,43% ao ano mais SELIC, e LIBOR pós fixada de 4,37% até 4,52% ao ano; Operações de FINAME, com vencimentos até 17/12/2029 à taxa pré-fixada de 1,50% até 13,73% ao ano, pós-fixada de 0,82% ao ano mais TJLP, pós-fixada de 3,07% até 7,37% ao ano mais TLP-IPC, e pós-fixada de 0,95% até 2,45% ao ano mais SELIC.

(10) – PASSIVOS CONTINGENTES

O Prudencial, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2023 estão demonstradas a seguir:

Movimentação	Fiscais e previdenciárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
	(a)	(b)	(c)	
Saldo inicial em 01/01/2023	7.457	31.608	4.999	44.064
(+) Complemento líquido de reversões	733	14.708	392	15.833
(+) Atualização de provisão	136	-	-	136
(-) Baixa por pagamento	-	(13.878)	(189)	(14.067)
Saldo final em 30/06/2023	8.326	32.438	5.202	45.966

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.



As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável. Essas provisões encontram-se registradas na rubrica "provisão para passivos contingentes" e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Passivos contingentes de natureza fiscal e previdenciária classificados como risco de perda possível:

O Prudencial possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/09, no montante de R\$ 30.316 (31/12/2022 R\$ 29.961), com destaque para a cobrança de PIS/COFINS – Dedução Operação de Cessão de Crédito com Coobrigação.

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes" e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisões são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto considerando histórico de pagamentos feitos pelo Prudencial a este título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 14.125 (31/12/2022 R\$ 6.185).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 20.381 (31/12/2022 R\$ 22.763) na data destas demonstrações contábeis consolidadas, representadas principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(11) – OUTROS PASSIVOS

	30/06/2023	30/12/2022
Carteira de câmbio	583.105	643.383
Despesas de pessoal e administrativa	54.766	62.956
Sociais e estatutária	42.389	52.111
Fiscais e previdenciárias	34.113	59.510
Carteira de crédito valores a processar/liberar	31.951	45.360
Resultado de exercícios futuros	19.597	19.991
Outros	25.890	20.318
Total	791.811	903.629
Circulante	787.709	900.826
Não Circulante	4.102	2.803
Total	791.811	903.629

(12) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representado pelos valores e número de ações/cotas das seguintes empresas:

Empresas	Quantidade de ações/cotas em circulação	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do semestre
Banco Alfa S.A.	25.380.650	60.966	120.971	(959)
Financeira Alfa S.A. – CFI	102.942.556	529.540	1.059.149	8.077
Banco Alfa de Investimento S.A.	88.600.584	820.925	1.698.116	30.990
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	20.485.056	178.300	360.286	14.554
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	16.000.000	161.176	323.804	14.367
Único - Fic de FIM - Créd. Priv. - IE - IP	867.084	86.793	123.729	6.812
Alfa Polaris - FIRF CP	711.432	73.643	96.861	5.632
Alfa Scorpius Master - FIM	194.951	11.148	26.476	1.362
Alfa Centaurus FIC FIM	231.736	23.464	27.577	1.301

Ações em tesouraria –programa de recompra de ações

BAI:

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, inciso IX, do Estatuto Social do Banco, em 31/03/2019, o Conselho de Administração aprovou o “Programa de Recompra” de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, no valor total de até R\$ 2.800, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 330.000 ações ordinárias e (b) 100.000 ações preferenciais. O prazo para execução do programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2023 é de 68.300 ações ordinárias registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 473.

Em 30/06/2023, os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON eram de R\$ 5,80, R\$ 6,93 e R\$ 8,00, respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 30/06/2023, eram de R\$ 10,20 por ação ON e R\$ 10,10 por ação PN.

FASA:

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até a)300.000 ações ordinárias e b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.



A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2023 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 30/06/2023 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 30/06/2023, era de R\$ 5,31 por ação ON e R\$ 5,28 por ação PN.

(13) – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	1º Semestre			
	30/06/2023	31/12/2022	2023	2022
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Depósitos à Vista				
- Controlador				
Administradora Fortaleza Ltda.				
Pessoa Física				
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora				
	(126)	(43)	-	-
- Outras partes relacionadas (1)				
Administradora Vera Cruz Ltda.				
Alfa Previdência e Vida S.A.				
Alfa Seguradora S/A				
C&C Casa e Construção Ltda.				
Companhia Refinadora da Amazônia				
Fundação Clemente Faria				
Outras	(1.076)	(395)	-	-
Aquisição de ativos financeiros				
- Outras partes relacionadas (1)				
C&C Casa e Construção Ltda.				
Companhia Refinadora da Amazônia				
Indústrias Xhara				
Agropalma S/A				
Juros sobre o capital próprio e dividendos				
- Controlador				
Pessoa Física				
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora				
Controlada				
BRI Participações LTDA				
- Outras partes relacionadas (1)				
Alfa Holdings S.A.				
Consórcio Alfa de Administração S.A.				
Corumbal Participações e Administração Ltda.				
Outras	(4)	(4)	-	-
Recursos de emissão de títulos				
Controlada				
BRI Participações Ltda.				
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora				
- Outras partes relacionadas (1)				
Adm. Editora Vera Cruz - Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários				
Fundação Clemente de Faria				
Consórcio Alfa de Administração S.A.				
Corumbal Participações e Administração Ltda.				
Metropar Administração e Participações Ltda.				
Alfastar Participações Ltda.				
Alfa Holdings S.A.				
Alfa Participações Administração e Representações Ltda.				
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.				
Outros - abaixo de 1% do total				
Pessoa Física				
Depósitos a prazo				
- Controladora				
Administradora Fortaleza Ltda.				
Pessoa Física				
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora				
- Outras partes relacionadas (1)				
Corumbal Participações e Administrações Ltda.				
Agropalma Holdings Ltda.				
Alfastar Participações Ltda.				
Consórcio Alfa de Administração S.A.				
Adm. Editora Vera Cruz Ltda.				
Adm. Editora Vera Cruz - São Paulo Empreendimentos Imobiliários				
Alfa Participações Administração e Representações Ltda.				
Alfa Holdings S.A.				
Transamerica Holdings Ltda.				
Alfa Participações Industriais Ltda.				
Outros - abaixo de 1% do total				
Pessoa Física				
- Controlada				
BRI Participações Ltda.				
Outras transações (2)				
- Outras partes relacionadas (1)				
Alfa Seguradora S.A.				
Outras	135	204	-	-
	50	51	-	-



Todas as transações entre as empresas integrantes do Prudencial e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Referem-se basicamente, à sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes e serviços contratados junto a entidades com controle conjunto.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, de cada empresa do Prudencial, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 22.359 (1º semestre/2022 R\$ 18.886) para membros do Conselho de Administração e Diretoria.

(b.1) Em 29/10/2018, o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº 4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019, as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
 - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

(c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária, em 30 de junho de 2023: BAI: Ordinárias 3,703%, Preferenciais 26,280% e do total de ações de 12,652% e FASA: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

(14) – GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.



O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Gestão Integradas de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que, além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha, também, o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções BACEN nºs 4.557/2017 e 4.327/2014, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: www.alfanet.com.br > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso, devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência seja aplicado na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos à Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.



Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional associado aos produtos e aos fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

(15) – ÍNDICE DE CAPITAL

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Índice de Capital para 30 de junho de 2023 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 15,82% (31/12/2022 14,48%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	Prudencial	
	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência - Nível I		
Capital Principal	2.700.309	2.737.405
Patrimônio Líquido	2.781.514	2.765.118
(-) Ajustes Prudenciais	(81.205)	(27.713)
Patrimônio de Referência (PR)	2.700.309	2.737.405
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.069.296	18.910.210
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	15.378.199	17.207.313
Risco de Mercado	252.964	287.010
Risco Operacional	1.438.133	1.415.887
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.365.544	1.512.817
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	426.732	472.755
Índice de Basileia	15,82%	14,48%
Capital de Nível I	15,82%	14,48%
Capital Principal	15,82%	14,48%

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total. Em 30/06/2023, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 11,02% (31/12/2022 10,16%).

(16) – OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre			
	2023	%	2022	%
Atualização de depósitos judiciais e de tributos a compensar	3.959	35,5%	3.662	55,5%
Dividendos recebidos e/ou declarados	2.521	22,6%	1.358	20,6%
Receita com portabilidade de crédito	1.068	9,6%	743	11,3%
Reversão de provisão para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	878	7,9%	777	11,8%
Outras receitas (*)	2.719	24,4%	62	0,8%
Total	11.145	100,0%	6.602	100,0%

(*) Refere-se majoritariamente a reversão de provisões administrativas de períodos anteriores.

(b) Outras despesas administrativas

	1° Semestre			
	2023		2022	
	Valor	%	Valor	%
Processamento de dados e informática	(27.466)	34,2%	(24.165)	30,7%
Serviços de terceiros	(13.819)	17,1%	(11.920)	15,2%
Serviços técnicos especializados	(8.720)	10,8%	(8.177)	10,4%
Aluguéis e condomínio	(7.726)	9,6%	(8.602)	11,0%
Serviços do sistema financeiro	(6.238)	7,7%	(6.450)	8,2%
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(5.667)	7,0%	(6.179)	7,9%
Comunicações	(2.988)	3,7%	(2.975)	3,8%
Depreciação e amortização	(2.511)	3,1%	(2.533)	3,2%
Vigilância e segurança	(2.019)	2,5%	(1.895)	2,4%
Viagens	(1.544)	1,9%	(1.692)	2,2%
Outras despesas administrativas	(1.898)	2,4%	(3.888)	5,0%
Total	(80.596)	100,0%	(78.476)	100,0%

(c) Outras despesas operacionais

	1° Semestre			
	2023		2022	
	Valor	%	Valor	%
Despesas de comissão, intermediação e equalização de contratos	(18.765)	77,3%	(19.368)	68,8%
Processos operacionais	(1.948)	8,0%	(1.896)	6,7%
Ressarcimento de custo de originação	(223)	0,9%	(1.169)	4,2%
Outras (*)	(3.339)	13,8%	(5.700)	20,3%
Total	(24.275)	100,0%	(28.133)	100,0%

(*) Valor refere-se majoritariamente a despesas com correspondente bancário, sistema de valores a receber e despesas com marcação à mercado de Hedge.

(d) Administração de recursos de terceiros: O Prudencial administra e faz a gestão de Fundos de Investimento de Renda Fixa, de Ações e Multimercado, além de Carteiras Administradas de Particulares, cujos patrimônios na data do balanço totalizavam R\$ 6.314.465 (31/12/2022 R\$ 6.140.681).

(e) Contratação de seguros: O Prudencial tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Prudencial tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros do prudencial totalizava R\$ 116.477 (31/12/2022 R\$ 117.196) para suprir eventuais danos ao Prudencial.

(f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados: Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/12, informamos que o Prudencial não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios de pós-emprego a seus empregados.

(17) – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa está constituído por:

	1º Semestre	
	2023	2022
No início dos semestres	970.674	164.264
Disponibilidade	34.612	63.410
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	936.062	100.854
No final dos semestres	1.860.609	649.330
Disponibilidade	81.635	54.544
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.778.974	594.786
Caixa e equivalente de caixa	889.935	485.066

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CONTADORA
CRC 1SP 232846/O-2



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O RELATÓRIO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco Alfa de Investimentos S.A.
Instituição líder do "Conglomerado Prudencial Alfa"
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial Alfa ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 168, de 01 de dezembro de 2021, do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa nº 02.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução CMN nº 4.950, Resolução BCB nº 168, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 02 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Conglomerado de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações contábeis individuais para fins gerais

O Banco Alfa de Investimento S.A ("Conglomerado") elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificação, em 10 de agosto de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução CMN nº 4.950 e Resolução BCB nº 168, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 02, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria das Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 25 de agosto de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0.